



**PROCESSO Nº** : 811-7/2013 (AUTOS DIGITAIS)  
**ASSUNTO** : RECURSO ORDINÁRIO  
**UNIDADE** : SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA DE MATO GROSSO - SEDUC  
**RECORRENTE** : JORGE LUIZ MOURA MATOS  
**RELATOR** : CONSELHEIRO GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO

### **PARECER Nº 694/2020**

**EMENTA:** RECURSO ORDINÁRIO. NOVA MANIFESTAÇÃO DO RECORRENTE APÓS A EMISSÃO DO PARECER MINISTERIAL Nº 469/2019. REITERAÇÃO DAS RAZÕES RECURSAIS. RATIFICAÇÃO DA MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL ANTERIOR PARA CONHECER E NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

## **1. RELATÓRIO**

1. Retornam os autos ao Ministério Público de Contas em razão do Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Jorge Luiz Moura Matos, em face do Acórdão 603/2016-TP, que o condenou a restituir o valor de R\$ 17.281,40, em solidariedade com a empresa MR Construções Civis Ltda. - ME, referente a não execução satisfatória do Termo de Convênio nº 073/2006, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação e a Prefeitura de Peixoto de Azevedo, para a construção e reforma da Escola Estadual Monteiro Lobato.

2. Em manifestação ministerial pretérita<sup>1</sup>, ao analisar as razões recursais este *Parquet* opinou pelo não provimento do recurso e manutenção integral do Acórdão 603/2016-TP.

3. Todavia, após a emissão do Parecer 469/2019 o recorrente apresentou nova manifestação<sup>2</sup>. Nesta, contra-argumentou as razões apresentadas por este órgão ministerial e ratificou os pedidos contidos no recurso ordinário, em especial a reforma

1 Parecer nº 469/2019 – documento digital nº 31650/2019

2 Documento digital nº 72854/2019





da determinação de restituição ao erário.

4. Em síntese, o recorrente sustentou que nunca ocupou a função de fiscal de contrato e portanto a obrigação de fiscalização da obra não pode recair sobre ele.

5. Em razão desta manifestação, o então Conselheiro Relator determinou o envio dos autos ao Ministério Público de Contas para análise e providências. A determinação foi reiterada pelo atual Conselheiro Relator Domingos Neto. É o sucinto relatório.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

6. Inicialmente cumpre destacar que vige nos processos de controle externo, art. 270, §1º, do RITCE/MT, o princípio da unicidade recursal, ou seja, nenhum recurso poderá ser interposto mais de uma vez contra a mesma decisão. No caso dos autos, foi interposto pelo recorrente contra o Acórdão 603/2016-TP o recurso ordinário encartado no documento digital nº 157469/2017. Além disso, foi juntada nova manifestação do recorrente, contra-argumentando o Parecer nº 469/2019 do MPC, em inobservância ao regramento citado.

7. O recurso ordinário encartado no documento digital nº 157469/2017 além de questionar a justiça da decisão, pugna por dilação probatória para juntada de documentos, consistente na ação civil pública nº 3012-92.2008.811.0023, código 36736, na comarca de Peixoto de Azevedo, bem como pelo chamamento ao processo dos Srs. José de Campos Figueiredo, Superintendente da SUFO (SINFRA), Wilson Falcão Moreira da Silva, Secretário-adjunto de obras públicas da SINFRA, Sra. Ana Carla Luz Borges Leal Muniz, Secretária da SEDUC à época e do Sr. Ricardo Fernandes Moreno, engenheiro fiscal da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo.

8. Por meio do Parecer nº 469/2019, este *Parquet* enfrentou todas as





razões recursais apresentadas pelo recorrente, senão vejamos.

9. Em relação ao pedido de dilação probatória para juntada de documentos, insta consignar que foi acolhido pelo Conselheiro Relator<sup>3</sup>.

10. Sobre a tramitação simultânea de processo administrativo no âmbito do Tribunal de Contas e a ação civil pública por improbidade administrativa, este órgão ministerial opinou pela possibilidade, haja vista a aplicação do princípio da independência das instâncias, prevista no art. 12 da Lei 8.429/1992 e assentada na jurisprudência dos tribunais superiores. Reforça a referida tese a jurisprudência desta Casa:

**Processual. Competência. Tribunal de Contas. Matéria em apreciação pelo Poder Judiciário.**

A apreciação de matéria sobre irregularidade na Administração Pública pelo Poder Judiciário não impede a apreciação na esfera administrativa dos mesmos fatos pelo Tribunal de Contas, que tem jurisdição própria e privativa sobre as pessoas e matérias sujeitas a sua competência, e porque incide no regime jurídico brasileiro o princípio da independência das instâncias que dispõe que os mesmos fatos podem acarretar consequências jurídicas diversas, nas diferentes esferas da jurisdição, civil, penal e administrativa.

(REPRESENTACAO (NATUREZA EXTERNA). Relator: ISAIAS LOPES DA CUNHA. Acórdão 833/2019 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 05/11/2019. Publicado no DOC/TCE-MT em 19/11/2019. Processo 264075/2017). (Divulgado no Boletim de Jurisprudência, Ano: 2019, nº 62, nov/2019)

**Processual. Processos administrativo e judicial. Dupla condenação (bis in idem). Independência das instâncias. Reforma das decisões dos Tribunais de Contas pelo Judiciário.**

1) Não configura bis in idem ou possível dupla condenação, a existência de apreciação do mesmo fato irregular em processo administrativo no Tribunal de Contas e em processo judicial, tendo em vista a independência das instâncias. Tal independência somente deixa de prevalecer quando a decisão judicial, que declara a inexistência do fato ou nega sua autoria, for proferida em ação de natureza criminal. 2) Em regra, o Poder Judiciário não pode adentrar no mérito das decisões dos Tribunais de Contas e reformá-las, salvo quando houver violação a algum princípio ou norma ou não se observar o devido processo legal.

3 Documento digital nº 165482/2017





(TOMADA DE CONTAS. Relator: WALDIR JÚLIO TEIS. Acórdão 603/2016 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 18/11/2016. Publicado no DOC/TCE-MT em 02/12/2016. Processo 8117/2013).  
(Divulgado no Boletim de Jurisprudência, Ano: 2016, nº 31, nov/2016).

11. Consignou, no entanto, a necessidade de oficiar ao juízo competente acerca da tramitação destes autos. Ressalta-se que foi realizada consulta processual<sup>4</sup> e a ação civil pública até esta data (12/02/2020) ainda não foi julgada.

12. Dessa forma, reitera-se que eventual decisão do juízo cível na ação de improbidade administrativa, sob qualquer fundamento, não vincula a decisão administrativa do Tribunal de Contas, pois a condenação em débito pelo julgamento irregular das contas independe de ter havido ou não prática de ato de improbidade administrativa<sup>5</sup>.

13. Quanto ao pedido de chamamento ao processo de possíveis corresponsáveis, este *Parquet* entendeu pela impossibilidade, haja vista a ocorrência de preclusão consumativa, porquanto não arguido o chamamento ao processo no momento oportuno, nos termos do art. 131 do CPC/2015, aplicável ao Tribunal de Contas, conforme disposição do art. 144 c/c art. 284 do RITCE/MT.

14. Dessa forma, este *Parquet* deixou de analisar as contrarrazões apresentadas pelo Sr. Marco Aurélio Marrafon, ex-Secretário da SEDUC, Sr. Wilson Falcão Moreira da Silva e Sra. Ana Carla Luz Borges Leal Muniz, o que passa a fazer neste momento.

15. As contrarrazões apresentadas pelo Sr. Marco Aurélio Marrafon são no sentido de que a responsabilidade de gerenciar e fiscalizar a execução da obra, atestando as notas fiscais resultantes das medições, e encaminhar ao órgão demandante toda documentação após o término da obra, era exclusiva da SINFRA e, a mesma indicou para o cumprimento deste dever o Sr. Jorge Luiz Moura Matos, ora

4 Disponível em: <http://servicos.tjmt.jus.br/processos/comarcas/dadosProcesso.aspx> acesso em 14/02/2020.

5 Acórdão 808/2020 – 1ª Câmara do TCU, Relator Ministro Vital do Rêgo





recorrente, cabendo apenas a SEDUC o normatizado no art. 2º, II, “a” e “b” do Decreto nº 3.100/2004, vigente à época.

16. Nesse sentido, destacou que o recorrente foi o responsável por atestar e determinar o pagamento da integralidade da obra objeto do Convênio nº 073/2006, quando na verdade ainda restava 7,59% a ser executado.

17. As contrarrazões apresentadas reforçam a responsabilidade do recorrente quanto à conferência entre o que foi executado e medido pela Prefeitura para posterior envio à SEDUC para pagamento. Nesse sentido, é claro o disposto no art. 2º, I, “d” e “e” do Decreto nº 3.100/2004 que trata sobre as atribuições da SINFRA na execução de obras de Governo. O normatizado no art. 2º, II, “a” e “b” do referido decreto, por sua vez, confirmam a ilegitimidade da SEDUC para figurar no polo passivo desta demanda.

18. O Sr. Wilson Falcão Moreira da Silva, por sua vez, alegou que não cabe seu chamamento ao processo como litisconsorte passivo necessário, pois não participou das fiscalizações e medições realizadas pelo recorrente.

19. Já a Sra. Ana Carla Luz Borges Leal Muniz alegou, além da preliminar de prescrição, que a atribuição de fiscalização do contrato foi destinada à SINFRA através de servidor diretamente designado para tal, não sendo crível que após 12 (doze) anos da celebração do Convênio nº 073/2006 seja a então Secretária de Estado de Educação chamada ao processo para manifestação.

20. De igual forma, procedem as contrarrazões apresentadas, uma vez que os atos praticados tanto pela ex-Secretária de Educação quanto pelo ex-Secretário adjunto da SINFRA ocorreram após o ateste do recorrente, certificando a boa e regular execução do serviço. Sendo assim, não são partes legítimas a figurar no polo passivo do processo.







21. Desta feita, este *Parquet* reitera o posicionamento pelo não cabimento de chamamento ao processo nesta fase recursal e acresce à conclusão firmada no Parecer nº 469/2018 da tese de ilegitimidade dos chamados para figurar no polo passivo do processo.

22. No mérito recursal, alegou a ausência de responsabilidade do recorrente, pois não exercia a função de fiscal de contrato e sim de fiscal de convênio, cuja atribuição se limitava a analisar a execução física-financeira da obra para fins de desembolso pela SEDUC. Nessa senda, atribuiu a responsabilidade pela fiscalização da obra civil à SEDUC, então conveniente.

23. Este *Parquet* não acolheu, por meio do Parecer 469/2019, as razões recursais lançadas, pois demonstrada a participação do recorrente na inexecução de serviços objeto do Termo de Convênio nº 073/2006 que geraram prejuízo ao erário.

24. Todavia, o recorrente apresentou nova manifestação, mesmo ausente qualquer previsão regimental neste sentido. Sustentou, na oportunidade, que o recorrente nunca ocupou a função de fiscal de contrato, a qual era ocupada pelo Sr. Ricardo Fernandes Moreno. Destacou a cláusula do termo de convênio que trata das atribuições do interveniente, sob a alegação de que não lhe incumbia a avaliação de pormenores da execução da obra.

25. Neste ponto também cabe a ratificação do Parecer nº 469/2019. Primeiro porque não foram trazidos quaisquer fatos ou provas novas a ensejar a reforma do Acórdão nº 603/2016-TP. Ao contrário, o recorrente apenas traz à tona discussão já lançada em sede de defesa, em embargos de declaração e em recurso ordinário.

26. Segundo porque o recorrente, fiscal da Interveniente/SINFRA, era responsável por encaminhar a Concedente/SEDUC as medições dos serviços executados em conformidade com a planilha da obra para que se realizasse o





pagamento e por acompanhar a execução da obra até sua conclusão, nos termos da Cláusula Segunda, III, “b” e “d”, do Termo de Convênio nº 073/2006:

**III – DO INTERVENIENTE:**

- a) Fazer cumprir fielmente as especificações técnicas exigidas nos Projetos, Planilhas e Memorial Descritivo da Obra;
- b) Encaminhar ao CONCEDENTE, as medições dos serviços executados em conformidade com a Planilha da obra para que possa ser feito o pagamento;
- c) Fornecer ao CONCEDENTE todas as informações solicitadas com relação ao objeto do presente Termo;
- d) Acompanhar a execução da sua obra até a sua conclusão.
- e) Caso haja alterações de projeto durante a execução da obra, a INTERVENIENTE deverá fornecer ao CONCEDENTE todos os projetos atualizados, com a planilha de custos, para avaliação e parecer técnico da Coordenadoria de Obras e Reformas.
- f) Receber a obra, objeto do contrato, conforme critérios estabelecidos pelos arts. 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666/93, juntamente com a Comissão de servidores da CONCEDENTE, conforme Portaria 142/2005 publicada em Diário Oficial no dia 29/06/2005.
- g) Adotar, na execução dos serviços medidas para que não prejudique o andamento normal das aulas da Unidade Escolar.

Extraído do Doc. nº 10008/2013, fl. 12

27. Além disso, o disposto no art. 2º, I, “d” e “e” do Decreto nº 3.100/2004 que trata sobre as atribuições da SINFR na execução de obras de Governo apontam para a responsabilidade do recorrente.

28. Reforçam a atuação do recorrente os boletins de medição e respectivas medições por ele subscritas (documento digital nº 159277/2016 - Figuras 002 a 006). Assim, não há que se falar em ausência de responsabilidade do recorrente, porquanto deveriam constar nas planilhas de medição somente os serviços executados e a medição final deveria ser liberada apenas após a conclusão de todos os serviços relacionados na planilha.

29. Dessa forma, este *Parquet* opina pela ratificação do Parecer nº 469/2019 no sentido de ser mantido incólume o Acórdão nº 603/2016 – TP, uma vez que não foram trazidos aos autos provas ou fatos novos a ensejar sua modificação.

### 3. CONCLUSÃO

30. À vista do exposto, o Ministério Público de Contas, no exercício de suas atribuições institucionais, manifesta-se pela **ratificação do Parecer nº 469/2019** para conhecer do recurso ordinário interposto e, no mérito, negar provimento do petítório





recursal, devendo ser mantido incólume o Acórdão nº 603/2016 – TP, sem prejuízo de oficiar o juízo da Comarca de Peixoto de Azevedo, onde tramita a Ação Civil Pública de Improbidade nº 3012-92.2008.811.0023, acerca da tramitação destes autos.

É o parecer.

**Ministério Público de Contas, Cuiabá, 17 de fevereiro de 2020.**

(assinatura digital)<sup>6</sup>  
**GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO**  
Procurador de Contas

6 Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa n. 09/2012 – TCE/MT.

